

RESENHA

SEREZA, Haroldo Ceravolo. *O naturalismo e o naturalismo no Brasil. Questões de forma, classe, raça e gênero no romance brasileiro do século 19*. São Paulo: Alameda Editorial, 2022.

POR LEONARDO MENDES.¹

Palavras-chave: Naturalismo; Romance brasileiro; século 19.

Keywords: Naturalism; Brazilian novel; 19th century.

O aparecimento de *O naturalismo e o naturalismo no Brasil. Questões de forma, classe, raça e gênero no romance brasileiro do século 19*, de Haroldo Ceravolo Sereza, publicado este ano pela Alameda Editorial, marca um novo momento de compreensão do movimento naturalista entre nós. A motivação para a tese de doutorado (defendida na USP em 2012) que deu origem ao livro foi a constatação do autor de que a crítica disponível de *O cortiço*, de Aluísio Azevedo, não fazia justiça ao romance. Isso parece estranho de dizer, porque se trata de uma obra reconhecida, destacada nas histórias da literatura brasileira, cobrada nos vestibulares, adaptada ao cinema, em contínua reedição. Todos aprovamos *O cortiço*. Ou não? De fato, quando lemos a crítica canônica ao romance, notamos que ela o celebra como “retrato de uma época” (o realismo), mas condena sua concepção de homem e de arte (o naturalismo), que é a espinha dorsal. É a opinião de Lucia Miguel Pereira, que, repetindo o antecessor José Verissimo, foi essencialmente repetida pela historiografia posterior: *O cortiço* é um bom romance, apesar do naturalismo. Como nota o Autor, de tal modo essa ideia pegou, que “afastar-se do naturalismo” virou uma virtude de obras posteriores. O livro parte, portanto, do

¹ Doutor em Teoria Literária, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Endereço institucional: Rua Dr. Francisco Portela, 1470 – Patronato CEP 24435-005 - São Gonçalo – RJ. E-mail para correspondência: leonardomendes@utexas.edu.

entendimento de que havia um problema com o naturalismo na história da literatura brasileira – havia um veto –, que ele vinha do século 19, não foi abalado pelo modernismo e podia ser detectado na leitura ainda hegemônica do movimento, no século 21. O ponto de partida de que *O cortiço* era mal compreendido logo se transforma na constatação de que todo o naturalismo foi mal compreendido no Brasil.

Para compreender a dinâmica do veto e propor novas leituras do movimento, o livro é dividido em três partes. Na primeira, que corresponde à quase metade do volume, o Autor situa o naturalismo no contexto internacional e faz a revisão da historiografia canônica do naturalismo no Brasil. Na parte internacional, relê prefácios e textos estrangeiros fundadores, retoma os projetos de Zola e dos irmãos Goncourt e confronta o advento da estética em outras histórias nacionais do movimento, como na Espanha e nos Estados Unidos. Isso lhe permite pôr sob suspeição um lugar-comum da crítica canônica, a noção de “atraso cultural”, de que as ideias e os livros chegam atrasados ao Brasil ou estão “fora do lugar”. Como mostra o Autor, o debate sobre o naturalismo ocorreu ao mesmo tempo na França, no Brasil e em Portugal, tendo ele sido a literatura dominante nesses países nas décadas de 1880 e 1890, quando foi um fenômeno de literatura de massa. Além disso, o mesmo “viés antinaturalista” da história do naturalismo no Brasil é detectável na leitura de Lukács do movimento. O Autor retoma o debate sobre o lugar da descrição no romance naturalista, que é a principal censura do crítico húngaro à estética, revisita as opiniões sobre a questão em Adorno e Barthes, e, apoiado em Jacques Rancière, redimensiona o propalado excesso descritivo naturalista como um “efeito de igualdade” que permite incluir na literatura sujeitos marginalizados e até então sem representação literária, expressando uma nova democracia, mesmo que não se confundisse com uma democracia política.

O problema com o naturalismo é, portanto, um fenômeno internacional e, como tal, aparece no Brasil. O livro passa em revista as opiniões sobre o naturalismo

de José Verissimo, Machado de Assis, Araripe Junior, Silvio Romero, Ronald de Carvalho, Otto Maria Carpeaux, Lucia Miguel Pereira, Nelson Werneck Sodré, Alfredo Bosi, Antônio Candido, Flora Sussekind, entre outros, para desmontar lugares-comuns da tradição crítica, sem deixar de reconhecer seus méritos. Ao contrário do que propõem, nunca houve adesão cega dos escritores naturalistas ao discurso científico. Além disso, há nessa historiografia uma condenação moralista ao movimento, à diversidade sexual, ao corpo e à fisiologia. A associação do naturalismo a uma perspectiva de viés racista, positivista, opressor e politicamente conservador, que está na historiografia e ainda hoje aparece em análises de obras naturalistas (nos Estudos Queer, por exemplo), obscurece a não adesão do movimento ao projeto de poder dominante, sendo, ao contrário, como propõe o Autor, dotado de “vocação minoritária, ‘gauche’, simpática aos setores mais prejudicados pelos movimentos de moderniza o conservadora do capitalismo brasileiro” (p. 37). Por isso, escapa   crítica can nica a importância do aparecimento de protagonistas negros com consciência de si, como Bertoleza, de *O cortiço*, e Amaro, em *Bom-Crioulo*, de Adolfo Caminha, que seriam uma contribui o específica do naturalismo brasileiro ao movimento internacional, colocando em debate o latifúndio escravista e o preconceito de raça, g nero e classe, num país de mentalidade ainda escravocrata e patriarcal, a despeito da adesão ocasional a pautas racistas e eugenistas.

Ainda na primeira parte, o livro adensa o debate com dois capítulos dedicados a Machado de Assis e sua rela o com o realismo-naturalismo. Compreender essa rela o é importante porque, ao mesmo tempo em que o escritor é retratado pelos manuais escolares como um inaugurador do realismo no Brasil, ele é celebrado pela crítica universitária como seu principal opositor. A confusão deriva da conhecida afirmativa de que a publica o, em 1881, de *O mulato*, de Aluísio Azevedo, e *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, marca o início do realismo no Brasil, sem explicar as diferenças entre as obras. A imprecisão revela

a elasticidade semântica do termo “realismo”, que podia ser sinônimo de “naturalismo”, designar um movimento à parte, ou ainda uma tendência trans-histórica. Quando designava um movimento próprio, com seus temas e métodos, o naturalismo era geralmente visto como um realismo exagerado ou rebaixado. O Autor revisita a crítica de Machado de Assis ao “realismo” no ensaio “Instinto de Nacionalidade” e na famosa crítica a *O primo Basílio*, assim como detecta em *Iaiá Garcia* indícios do mesmo debate, em preparação para *Memórias póstumas*, que entende como o primeiro livro de um projeto realista concorrente (e afinal triunfante) ao naturalismo zolista no Brasil, como comprova a dominância de Machado e dos estudos machadianos nas academias, nas faculdades de Letras e no mercado livreiro. Conclui que “realista” é a melhor palavra para definir a obra de Machado pós-1881. *O mulato* seria “naturalista”, mas não estaria errado chamá-lo de “realista”.

Nas duas partes seguintes, o livro traz sete ensaios sobre o romance naturalista brasileiro nos quais demonstra o potencial inclusivo das obras. Isso é feito sem negar que a ousadia temática não raro esbarrava num discurso moralizante e que a vontade de denunciar o sofrimento dos excluídos ao mesmo tempo criava e afirmava padrões de dominação. Em *O cortiço*, a acumulação e o sucesso comercial dependem de crimes cometidos pelo agente capitalista, o imigrante português João Romão, em especial a expropriação e descarte da escrava Bertoleza, que emerge, na análise do Autor, como a protagonista do romance. O retrato do capitalismo brasileiro como um sistema desumano e criminoso de nascença seria um fator da popularidade e permanência do romance. Além disso, o ponto de vista fisiológico permitiu a entrada do sexo na prosa naturalista, que foi por isso acusada de pornográfica nas Américas e na Europa. O mesmo discurso que controla (ou deseja controlar) o sexo o difunde. Como fenômeno de literatura de massa, o naturalismo disseminou o sexo e a diversidade sexual para plateias mais amplas, num discurso que aprisionava, mas também libertava. Daí o retrato simpático à homo-

afetividade em *Bom-Crioulo* e em *O cortiço* (até então não se vira retrato tão “natural” de sujeitos gays fora da literatura libertina), a despeito de comentários condenatórios dos narradores. Do mesmo modo, no retrato da mulher, se é certo que o personagem da “moça histérica” significava a vontade de controlar a sexualidade feminina, também potencializava o personagem da “mulher liberada”, como *Lenita*, a protagonista de *A carne*, de Júlio Ribeiro. Para o Autor, a resistência da tradição crítica à personagem (que “cura” sua histeria e “compra” um marido), acusada de “inverossímil” por Lucia Miguel Pereira (não haveria uma mulher tão culta e livre no interior de São Paulo em 1880), mascara a não aceitação da mulher dona de seu corpo e de suas ideias.

O livro de Haroldo Ceravolo Sereza marca um novo momento de compreensão do naturalismo, porque mostra como o “viés antinaturalista” da historiografia canônica do naturalismo no Brasil se apoia em considerações estéticas (em “questões de forma”) para encobrir preconceitos de classe, de raça e de gênero. O problema com o naturalismo na tradição crítica, a escassez de estudos e mesmo o apagamento de obras naturalistas do passado (como *O aborto*, de Figueiredo Pimentel), que deu origem ao problema da tese, expressaria, então, um veto aos pobres, aos trabalhadores, aos negros, aos gays e às lésbicas, aos mestiços e às mulheres donas de seu corpo e de suas ideias. Como sugere o Autor, aceitar o realismo (de *O cortiço*), mas não o naturalismo, significa aceitar os marginalizados como sujeitos históricos, mas não como produtores de arte. Fica como convite para voltar ao naturalismo oitocentista e reler os romances com a mesma “acuidade e liberdade”.